



MULHERES E ABOLIÇÃO: PROTAGONISMO E AÇÃO

*Wladimir Barbosa Silva*¹

*Maria Renilda N. Barreto*²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o protagonismo feminino durante a campanha abolicionista na segunda metade do século XIX, em algumas províncias brasileiras, através das sociedades, clubes e associações abolicionistas. Embora a historiografia remeta aos homens o mérito pelo sucesso do movimento abolicionista, neste trabalho, procura-se mostrar que inúmeras mulheres também agiram em prol dos cativos. As senhoras abolicionistas como eram conhecidas, escreveram jornais, organizaram clubes e sociedades abolicionistas exclusivamente femininos, participaram em conjuntos com homens em sociedades e clubes mistos, libertaram escravos, mostrando um protagonismo até então pouco difundido na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Abolição da escravidão; Mulheres; Sociedades abolicionistas; Século XIX.

WOMEN AND ABOLITION: PROTAGONISM IN ACTION

Abstract: This article aims to analyze the female protagonism during the abolitionist campaign in the second half of the nineteenth century, in some Brazilian provinces, through the societies, clubs and abolitionists associations. Although the historiography refers to men the merit for the success of the abolitionist movement, this work intends to show that many women also acted on behalf of captives. The abolitionist ladies, as they were known, wrote papers, organized clubs and exclusively female abolitionist societies, participated in joint with men in mixed societies and clubs, freed slaves, showing a protagonism hitherto little broadcast in the Brazilian historiography.

Key-words: Abolition of slavery; Women; Abolitionist societies; Nineteenth century.

FEMMES ET ABOLITION: PROTAGONISME EN ACTION

Resumé: Cet article vise à analyser le protagonisme féminin durant la campagne abolitionniste dans la seconde moitié du XIXe siècle, dans certaines provinces brésiliennes, par le biais de sociétés, des clubs et des associations abolitionnistes. Bien que l'historiographie réfère aux hommes le crédit pour le succès du mouvement abolitionniste, dans cet article, on cherche à montrer que les innombrable femmes aussi agirent en faveur de les captifs. Les dames abolitionnistes comme étaient connues, écrivirent journal, organisèrent clubs et associations abolitionnistes exclusivement féminins, elles ont participé joint avec les hommes dans les sociétés et clubs mixtes, liberèrent des esclaves, en montrant un protagonisme jusqu'ici peu répandu dans l'historiographie brésilienne.

Mots-clès: Abolition de l'esclavage; Femmes; Sociétés abolitionnistes; Au XIXe siècle.

¹ Graduado em História e Mestre em Relações Etnicorracias (CEFET-RJ, Brasil).

² Doutora em História da Ciência e da Saúde (COC/FIOCRUZ), professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Brasil).

MUJERES Y LA ABOLICIÓN: PROTAGONISMO EN ACCIÓN

Resumen: Este artículo tiene por objetivo analizar el protagonismo femenino mientras la campaña abolicionista en el medio del siglo XIX, en algunas provincias brasileñas, a través de las sociedades, clubes y asociaciones abolicionistas. Sin embargo la historiografía remete a los hombres o al mérito por el suceso del movimiento abolicionista, en este trabajo, se busca enseñar que inúmeras mujeres también actuaran en pról. de los cautivos. Las señoras abolicionistas como eran conocidas, escribían periódicos. Han organizado clubes y sociedades abolicionistas exclusivas para las mujeres. Han participado en conjunto con hombres en sociedades y clubes mistos, han libertado esclavos y clubes mistos, han libertado esclavos enseñándonos un protagonismo hasta entonces poco difundido en la historiografía brasileña.

Palabras-clave: Abolición de la esclavitud; Mujeres; Sociedades abolicionistas; Siglo XIX.

Esse estudo pretende desconstruir a ideia de que o movimento pela abolição foi genuinamente masculino, tendência hegemônica em grande parte da literatura existente sobre o assunto. Ainda que a atuação feminina na campanha abolicionista tenha ocorrido em conjunto com as ações masculinas, protagonizadas por ícones do movimento pela abolição – Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, João Clapp e outros –, o protagonismo feminino foi de grande relevância na luta pelo fim da escravidão.

Através dos periódicos percebe-se a participação feminina na criação de sociedades, clubes e associações contra a escravidão. Essas mulheres não estiveram alheias aos problemas sociais decorrentes da liberdade dos escravizados. As fontes indicam que as mesmas se preocupavam com a conquista de direitos civis dos escravizados. Elas incluíram nessa luta a criação de escolas para a educação dos escravizados, ação que se enquadrava nas reivindicações das próprias mulheres em fins do século XIX.

O perfil social de algumas mulheres abolicionistas indica uma forte presença das mulheres das elites intelectual e financeira. Contudo, observa-se a presença de mulheres trabalhadoras, das classes médias, marcando presença na conflituosa arena política e social do Império, formando de maneira independente, sociedades abolicionistas.

As ideias abolicionistas podem ser localizadas desde a primeira metade do século XIX, embora muitos pronunciamentos de políticos liberais e conservadores defendessem o direito à propriedade e à manutenção da escravidão por compreendê-las como mola propulsora ao desenvolvimento econômico do país. Na elite dominante imperial, raros eram aqueles que reprovavam o regime de servidão. Entre os poucos,

destacava-se José Bonifácio, cuja defesa era por uma emancipação gradual, com educação religiosa e industrial”. Todavia, as ideias abolicionistas continuavam restritas aos grupos de negros e mestiços mais conscientes da sua situação e aos liberais-radicais, tais como Cipriano Barata que, nos anos 30 e 40, contestou o poder centralizador do Estado Imperial. Através de jornais como *O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*, eles denunciavam as discriminações contra os negros libertos e a escravidão dos africanos livres, semeando algumas das ideias que mais tarde iriam alimentar o movimento abolicionista.

Apesar do consenso historiográfico de que o movimento abolicionista fora construído por ícones como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, João Clapp e outros, o protagonismo feminino foi de grande relevância na luta pelo fim da escravidão, atuando em parceria com os abolicionistas históricos ou de forma independente.

O excessivo destaque dado à figura masculina, fez com que a feminina fosse vista a partir de uma ótica “romântica”, ou seja, ao mesmo tempo em que a luta pela escravidão ganhava tons mais fortes por parte dos abolicionistas homens, a mulher representava a doçura, a esperança, frente aos duros castigos que os escravos africanos eram submetidos em terras brasileiras. Nos periódicos analisados neste trabalho, observa-se que as mulheres combateram a escravidão com o mesmo fervor dos abolicionistas homens, utilizando palavras duras e desenhando uma perspectiva social para os ex-escravos. Podemos acrescentar que a luta pela liberdade - em seu sentido amplo - era uma causa feminina do final do século XIX, ou seja, a luta pelos direitos civis.

As primeiras associações e clubes abolicionistas foram criadas por volta de 1852, por jovens estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. Eles fundaram a Sociedade Abolicionista Dois de Julho, com o objetivo de alforriar cativos (Silva, 2009). Ao longo de toda a segunda metade do século XIX foram fundadas centenas de sociedades abolicionistas pelo Brasil, ainda pouco conhecidas.

Uma das mais estudadas é a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE), criada no Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1880, por José do Patrocínio e amigos. Essa sociedade representou um avanço estratégico de ordem política na luta contra a escravidão na Corte. Nela atuaram importantes abolicionistas, tais como: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, João Clapp, entre outros. À medida que

ganhava força e adeptos, a SBCE expandiu-se e, em 1883, foi criada a Confederação Abolicionista (CA), no Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XIX é visível a participação das mulheres na luta pela libertação dos africanos escravizados no Brasil. Essa luta se expressou através de assinaturas em diversos livros de Ouro, fundações de associações abolicionistas, organizações de festas beneficentes etc., tudo visando arrecadar fundos cujo destino era a compra de alforrias. A movimentação dessas mulheres em favor da abolição ainda contou com publicações em periódicos e discursos em clubes abolicionistas, atividades que até então eram desempenhadas, majoritariamente, pelos homens. Em relação aos periódicos, estes foram importantes veículos de propaganda abolicionista, e as mulheres, ainda que em menor número, foram partícipes desse veículo de comunicação.

Uma das primeiras associações antiescravistas, criada na Bahia, em 1869, foi a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*. Fonseca (1887) informa que, durante seus nove anos de atividade, a mesma Sociedade "restituiu à liberdade cerca de 500 escravos, brasileiros e africanos". Prosseguindo com suas lembranças, Fonseca informa que essa Sociedade, em "1871, chegou a contar em seu seio mais de 512 sócios, sendo 497 do sexo masculino e 15 do feminino".

Antonio Torres Montenegro (1989) registrou a relação de Augusta Generoso Estrella com o Clube Abolicionista do Recife, em 1872. Mulher, médica e abolicionista, Augusta Generoso Estrella rotineiramente era notícia nos periódicos da Corte, de Pernambuco e, em particular, da Bahia (Schumacher e Brazil, *ibidem*, p.367). Abrindo a sessão do Clube Abolicionista do Recife ela disse:

Meus Senhores e minhas Senhoras:

Convidada pelos ilustres membros do Clube Abolicionista para assistir à festa da liberdade de alguns escravos, sinto-me entusiasmada, porque ela simboliza o fervoroso amor à causa da salvação de uma parte da família brasileira, que se acha ainda sob a lei cruel do cativo! Sim, meus Senhores e Senhoras, meu coração estremece de infinita alegria por ver que, a terra onde nasci em breve não será pisada por um pé escravo (...)

O dia de hoje exprime duas sublimes manifestações: a do governo e Câmara dos Deputados que votou a lei da emancipação dos filhos de escravos, e da mocidade que, sentindo pulsar-lhe o coração em prol da causa dos escravos, tem trabalhado com energia inexcedível para diminuir o número das vítimas de uma lei inumana e anti-social, que reduziu a criatura humana á cousa e não pessoa! Ah! Nada mais abjeto e vil do que separar de um todo útil uma parte para vilipendiá-la! Admira, certamente, como homens que estudaram o direito humano, que dizem acreditar em Deus; como os apóstolos de cristo possuísem ou possuam escravos (...).

Esta festa é precursora de uma conquista da luz contra as trevas, da verdade contra a mentira, da liberdade contra a escravidão (Augusta Generoso Estrella, *apud* Montenegro, 1989. p.36)

A bandeira libertadora feminina pode ser percebida nas letras das senhoras integrantes do clube *Ave Libertas*, localizado em Pernambuco. No folheto editado em comemoração ao primeiro aniversário do clube, as senhoras explicitaram o tipo de comportamento da ala escravocrata para com o grupo feminino.

O pêndulo eterno dos tempos marcou um ano de existência para a sociedade *Ave Libertas*.

Apesar de tão pouco tempo de vida, ocupa esse pequeno, mas denodado grupo de senhoras um lugar vantajosíssimo na galeria das glórias de nossa Pátria, impondo-se a admiração e a consciência pública de Pernambuco como uma necessidade indeclível e, aventuramos-nos a dizer, uma condição *sine qua* para o movimento abolicionista no Brasil.

Sem aceitarmos as injurias e ápodos, as implicações hidrofóbicas, os qualificativos de que se despem para emprestar-nos nossos admiráveis escravocratas, sugadores do sangue humano; sem que caiba as amáveis antonomásias de *pretoleiras* e *nilistas* temos até o presente conseguido libertar cerca de 200 escravizados, travando esta renhida batalha, em que nossa infelicidade e vergonha, procura-se reconquistar o que pode haver de mais inalienável, de mais indestrutível, de mais santo, de mais sublime, a liberdade humana! (*Ave Libertas*, Recife, 8 de setembro de 1885, p.2)

A *Ave Libertas* foi fundada em 20 de abril de 1884 pela modista e costureira Leonor Porto, a qual já havia participado, no início da década de 1880, do Clube do Cupim³. Diferente de outras senhoras, Leonor não era uma mulher da elite imperial. Ao contrário, encaixava-se no rol das mulheres trabalhadoras do final do século XIX, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do nosso país. Ao lado de Leonor também tivemos as senhoras Maria Amélia de Queiroz e Inês Sabino.

Maria Amélia, poetisa e abolicionista, nascera em Pernambuco, foi também frequentadora do Clube Cupim e proferiu inúmeras palestras que marcaram a luta abolicionista em Pernambuco. Foi uma das mulheres-símbolos na participação feminina pelo fim da escravidão no Brasil (Schumacher e Brazil, 2000).

A baiana Maria Inês Sabino Pinto Maia foi feminista, escritora e abolicionista, nascida em Salvador (BA), em 31 de dezembro de 1853. Estudou na Inglaterra e, de volta ao Brasil, se casou com o filósofo Tobias Barreto. “Além de seu envolvimento

³ Fundado no início dos anos de 1880, em Recife, por João Ramos. Sobre essa sociedade ver Sales (1990).

com a causa abolicionista, Inês demonstrava preocupação com a invisibilidade e condição das mulheres na sociedade brasileira” (Schumacher; Brazil, 2000, p. 274).

É importante frisar que a *Ave Libertas* surgiu em meio a efervescência do movimento abolicionista, que compreende o período entre os anos de 1880 a 1888 (Carvalho, 1996; Alonso, 2002; Sodré, 1999). As senhoras abolicionistas de Pernambuco editaram, em 1885, um folheto em comemoração ao primeiro aniversário da *Ave Libertas*, ocasião também em que organizaram uma conferência abolicionista no Teatro Santa Isabel, dirigida especialmente às mulheres pernambucanas.

No documento produzido pela *Ave Libertas* é reforçado o papel feminino.

A sociedade *Ave Libertas* sempre sobranceira diante dos seus adversários, sempre intransigente na luta que empreendeu, soleniza o 1º aniversário da sua instalação, conduzindo ao caminho da liberdade alguns irmãos, vítimas de uma lei sem princípios, e da odiosidade de todos aqueles que têm por divisa um interesse mesquinho.

Seria para horrorizar se ao descambar o século XIX - o século dos maravilhosos inventos, dos grandes talentos, e em que a luz da ciência dimana de todos os lados - não se erguesse altaneira a Liberdade!

Mas, em compensação, ainda vemos quem ouse querer derrubá-la, julgando-a ruína do país.

Não importa: por maiores que sejam as barreiras que se anteponham a – grande causa; - por mais terríveis que queiram tornar-se os inimigos, através dos insultos, a sociedade *Ave Libertas* persistirá no campo de batalha.

Ela seguirá sempre à frente as fileiras dos abolicionistas sinceros, de inabalável convicção, que desejam o engrandecimento da nação brasileira. E provando a sua dedicação a causa dos cativos distribui hoje algumas cartas de liberdade (Maria Carmelita, *Ave Libertas*, 1885, p.3).

A importância dessa Sociedade de Senhoras reside na amplitude dos seus objetivos, dentre os quais podemos elencar o posicionamento das mesmas quanto às contradições existentes entre o direito natural e o direito civil, inerentes à escravidão (Mattoso, 1990). Esses assuntos, até então, representavam um tabu na ótica das discussões ligadas ao sexo feminino. E diante de tal protagonismo, essa Sociedade de Senhoras ganhou o respeito de tantas outras espalhadas pelo Império. Assim, entende-se o porquê de a *Ave Libertas* ter se tornado referência quando o assunto era sociedade feminina contra a escravidão. A expressão *Ave Libertas* é oriunda do latim, cujo significado pode ser entendido como uma saudação a liberdade ou, simplesmente, salve liberdade.

Em menos de um ano de atividade a *Ave Libertas* já havia alforriado aproximadamente 200 escravizados. Esse número reforça o protagonismo feminino no enredo da campanha pela abolição. Além disso, pode-se acrescentar o fato de que as

mulheres não se apresentavam, nem se reconheciam frágeis perante a sociedade patriarcal do Império brasileiro.

Na cidade do Rio de Janeiro, Corte Imperial, localizou-se sete sociedades, clubes e associações abolicionistas, de composição mista ou feminina, que contaram com o protagonismo feminino nas ações abolicionistas.

Tabela I – Lista de sociedades, associações e clubes abolicionistas exclusivamente femininos ou mistos localizados no Rio de Janeiro.

Sociedades, Clubes e Associações abolicionistas	Composição	Fundação	Província	Sede e Reuniões
Sociedade da Libertação	Mista	1871	Rio de Janeiro	Ainda desconhecida
Clube Abolicionista José do Patrocínio	Feminina	1881	Rio de Janeiro	Rua São Luiz Gonzaga, 39 – sobrado
Associação de Senhoras Abolicionistas	Feminina	1883	Rio de Janeiro	Ainda desconhecida
Clube Carlos Gomes, sociedade feminina e musical	Feminina	1883	Rio de Janeiro	Rua Carvalho de Sá, nº 24
Libertadoras Cearenses no Município da Corte	Feminina	1883	Rio de Janeiro	Rua Visconde do Rio Branco, nº 10
Libertadoras do Município	Feminina	1883	Rio de Janeiro	Rua Visconde do Rio Branco, nº 10
Clube Abolicionista Feminino	Feminina	1885	Rio de Janeiro	Ainda desconhecida

Fontes: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1881 – 1883); Alonso (2011) e *Gazeta da Tarde* (RJ), 1883.

Das associações listadas acima foi possível rastrear a estrutura organizacional de algumas. O *Clube Abolicionista José do Patrocínio* tinha na presidência D. Elisa Sarmiento, na vice-presidência D. Virginia Villanova, D. Henriqueta de Senna era a tesoureira e D. Carolina de Vasconcellos, a secretaria. Esse Clube funcionou na *Caixa Emancipadora José do Patrocínio*⁴, situado na Rua São Luiz Gonzaga, nº 39, sobrado, Rio de Janeiro.

⁴ A Caixa Libertadora José do Patrocínio foi fundada em 1881. Sua função era arrecadar fundos para a libertação de escravizados. O primeiro sócio benemérito eleito na sessão de agosto de 1881 foi José do Patrocínio. A Caixa Libertadora José do Patrocínio foi uma das 15 sociedades, clubes e associações que assinaram o Manifesto da Confederação Abolicionista, em 1883.

Observamos que algumas senhoras portavam o mesmo sobrenome dos homens cuja sociedade possuía a mesma identificação, ou seja, estavam ligadas à figura de José do patrocínio. Desta forma, supomos que D. Henriqueta de Senna era esposa de Emiliano Rosa de Senna, então secretário da Caixa Emancipadora. Não obstante, é bem provável que D. Virginia Villanova possuísse laços matrimoniais com João Francisco Rodrigues Villanova, então tesoureiro da Caixa Emancipadora.

No *Clube Carlos Gomes*, a presidência ficou a cargo de D. Evangelina Accioly, a vice-presidência com D. Anna Carneiro. D. Guilhermina Carvalho era a primeira secretária, seguida na hierarquia por D. Zulmira da Costa Pereira. A tesouraria era de responsabilidade de D. Maria Carneiro. Até a presente data não localizamos relações familiares entre essas mulheres e os membros de outros clubes abolicionistas.

A *Gazeta da Tarde*, de 04/06/1883, com a matéria intitulada “Novas Libertadoras”, informou sobre a criação de mais uma sociedade de senhoras abolicionistas na Corte. Segundo o periódico, 49 “sociais” assinaram a lista, aceitando o surgimento da sociedade. Seguindo o ritual de criação,

Foi eleita uma comissão de 9 senhoras encarregadas de confeccionar os estatutos: esta comissão ficou composta das seguintes sociais: EExma. DD. Maria Nabuco, Clodes Jaguaribe, Emília Bastos, Antonia Moreira de Araripe, Fabia Maciel, Josephina Castagnier, Bertha Koller, Corina Gabriel e Divina Froes (*Gazeta da Tarde*, 04/06/1883. p. 3).

A nova sociedade apontada pelo jornal era a *Libertadora Cearense no Município da Corte*, cuja presidente, D. Clodes Jaguaribe, provavelmente seria esposa de Leonel Jaguaribe, então presidente da Sociedade Abolicionista Cearense. Maria Nabuco e Josephina Castagnier foram senhoras envolvidas em musicais na Corte, cuja presença foi intensa em diversos eventos abolicionistas, foram respectivamente soprano e contralto. Em relação às demais senhoras da *Libertadora Cearense*, nada localizamos sobre suas relações familiares.

No ano de 1884, especificamente em 30 de abril, a *Gazeta de Notícias* publicou uma chamada para um grande festival promovido pela *Sociedade Abolicionista Cearense*. As fontes indicam que a condução do festival ficaria a cargo da *Libertadora Cearense no Município da Corte*, que era o braço feminino auxiliar da Sociedade Abolicionista Cearense. A festividade aconteceria em 05 de maio do referido ano. O evento seria dividido em quatro partes: a primeira, com a entrega de cartas de liberdade; a segunda, com “um esplêndido concerto dirigido pelo insigne maestro Leopoldo

Miguez”, contando com o dueto das soprano e contralto Maria Nabuco e Josephina Castagnier; a terceira, contando com uma apresentação individual das duas senhoras; e, por último, entre o “primeiro e terceiro intervalos”, ocorreria a apresentação da banda de música do Corpo Policial de Niterói e da banda de música do Corpo Militar de Polícia da Corte (*Gazeta de Notícias*, 04 de maio de 1884, p. 6).

Segundo a *Gazeta da Tarde* de 04/06/1883, a formalização das novas libertadoras (*Libertadora Cearense*) aconteceu “no Clube Mozart”, local onde ocorreu “a 1ª reunião das senhoras que se propuseram a fundar uma sociedade abolicionista”. Aliás, ao que tudo indica, o Clube Mozart serviu como local de encontro das senhoras abolicionistas da Corte pois, das quatro sociedades identificadas, duas endereçavam suas reuniões para o respectivo clube, o qual se localizava na Rua Visconde do Rio Branco, nº 10, conforme demonstrado na tabela 1.

Em relação ao estatuto da *Libertadora Cearense no Município da Corte*, suas bases seriam a seguinte:

1º A sociedade terá por fins promover a pronta resolução do problema servil, e a organização de institutos e escolas para receber os libertos em virtude da lei.

2º Será constituída por meio de sessões, com vida independente e economia separada, apenas sujeitas ao conselho eleito por assembleia no que diz respeito aos interesses gerais da ordem, sessões que tomarão a denominação de classes, profissões e arte em cujo seio tenham de buscar auxílio e adesões. Cada sessão se subdividirá em duas partes: uma técnica e outra econômica.

A comissão de estatutos ficou ainda investida dos necessários poderes para promover desde já um concerto para a formação dos primeiros fundos sociais. (*Gazeta da Tarde*, 04/06/1883. p. 3).

O estatuto da *Libertadora Cearense no Município da Corte* revela o quão articuladas estavam as mulheres abolicionistas da Corte. Em meio à luta pela abolição, elas assumiam um importante papel ativista, de cunho abolicionista e social. As suas ações extrapolavam a alforria. Elas possuíam um projeto educacional e profissional para os libertos, o que facilitaria a inserção destes na vida econômica e os prepararia para exercer a cidadania política.

É possível identificar que a maioria das senhoras abolicionistas vinham da elite social, observando a trajetória social e econômica destas, as relações familiares e as qualificações oriundas das páginas dos periódicos.

Ainda no mês de junho de 1883, mais exatamente no dia dezesseis, a *Gazeta da Tarde* mencionava mais uma organização de senhoras da elite que lutaria em prol da

abolição. A matéria foi intitulada “Senhoras Abolicionistas” e não possuía assinatura. A *Gazeta da Tarde* referia-se à iniciativa “da simpática senhora condessa do Rio Novo que, ao falecer, entregava à sociedade 400 cidadãos”. E completa a matéria:

(...) as senhoras brasileiras vão formar um centro de luz, um grande foco humanitário de onde se escaparão as irradiações que devem iluminar as frentes daqueles que por elas devem ser restituídos à sociedade de onde foram repelidos ignominiosamente.

Benditos corações! Almas elevadas. Espíritos bons e livres!

Nós vos abençoamos. Nós que dia e noite combatemos pela liberdade, pelas causas grandes, nós vos enviamos as saudações mais sinceras e verdadeiras [...].

Sejam bem vindas aos nossos Arraiais. Nós vos recebemos com as palmas mais convencidas (*Gazeta da Tarde*, 16/06/1883).

O redator da *Gazeta da Tarde* reflete o espírito patriarcal que imperava no período e reafirma o sentimento altruísta e romântico das mulheres. Certamente as abolicionistas Adelaide Porto e Maria Carmelita, membros da *Ave Libertas*, teriam repudiado “as bênçãos” daqueles que combatiam “dia e noite pela liberdade”, uma vez que eles estarem ferindo a consciência feminina de gênero, já existente em fins do século XIX. Talvez as palavras do editor da *Gazeta da Tarde* tenham feito a condessa do Rio Branco se revirar no túmulo, pois ela não só libertava brasileiros e africanos escravizados, como incentivava, sobretudo, outras senhoras da elite brasileira a praticar semelhante ação, promovendo, inclusive, a formação de um centro feminino pelo fim da escravidão (Kátia Mattoso, 1990).

Em 22 de junho de 1883, a *Confederação Abolicionista*, na figura de seu presidente, João Clapp, solicitou à Câmara Municipal da Corte uma autorização verbal para que, no dia 24 do referido mês, ficasse aberto o paço municipal, com o propósito de ser realizado no mesmo uma reunião de um grupo de senhoras abolicionista⁵. Infelizmente a documentação não indica a qual grupo ou sociedade abolicionista essas senhoras pertenciam. A reunião solicitada pela *Confederação Abolicionista* demonstra que elas ocuparam lugares públicos, onde o debate abolicionista era constante.

À medida que os anos de 1880 iam avançando, mais respeito e respaldo adquiriam as senhoras abolicionistas. Este fato reforça a percepção em relação ao protagonismo feminino na campanha pelo fim da escravidão. Em relação ao jornal *A Gazeta da Tarde*, é importante frisar que este não era um jornal abolicionista qualquer. Talvez tenha sido o mais importante periódico em favor da abolição. O escritório da

⁵ BR RJ AGCRJ.CM;ESC.6.1.42 Microfilme CM-ESC-004.

Gazeta servia como centro receptor de pagamento de assinatura, recebimento de cartas e outros assuntos ligados à SBCE, *O Abolicionista* e, posteriormente, à Confederação Abolicionista. O jornal esteve ligado a José do Patrocínio, então proprietário do periódico a partir de 1881, adquirindo-o logo após a morte do também abolicionista e jornalista Ferreira de Menezes. Patrocínio era um dos principais líderes masculinos do movimento pela abolição e, assim como seus redatores, tratou sabidamente de tornar público a inserção das senhoras abolicionista no cenário que compunha o movimento pelo fim da escravidão no Brasil, ainda que “abençoando-as” e tutelando esse movimento nas páginas da imprensa carioca.

Essa foi a imagem construída oficialmente. Contudo, é preciso desconfiar dessa formatação. Os estatutos das sociedades femininas, o programa social pós-abolição, os discursos pronunciados em clubes abolicionistas e a ocupação de espaços públicos demonstram posicionamento político em prol da liberdade e de um projeto social.

As mulheres se engajaram na luta pela abolição e seus propósitos iam ao encontro da própria liberdade, em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo. Sendo assim, acreditamos que a causa abolicionista foi uma estratégia de visibilidade e de ocupação da esfera pública. Embora os líderes masculinos do movimento abolicionista tenham se referido às mulheres de forma pontual, através de uma visão romântica e subordinadas aos líderes masculinos, vimos que as mesmas não compartilhavam dessas ideias. Adelaide Porto, membro da Ave Libertas, assim escreveu, em 1855: “Sou abolicionista e jamais curvarei a frente perante o interesse mesquinho, que pode trazer o cativo de nossos irmãos”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Digitalizadas

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, de 1880 a 1888. versão digitalizada disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Biblioteca Nacional – Hemoroteca Digital. Acesso em: 15 Abr. 2013.

Gazeta de Notícias, de 1880 a 1888: versão digitalizada disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Biblioteca Nacional – Hemoroteca Digital. Acesso em: 02 Jul. 2013.

Gazeta da Tarde, de 1880 a 1888: versão digitalizada disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. Acesso em: 01 Jan. 2013.

O Abolicionista, de 1880 a 1888. *Órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão*: versão digitalizada disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. Acesso em: 03 Fev. 2013.

2. Fontes Microfilmadas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – **AGCRJ**

Inventário Analítico – Série Escravidão

3. Fontes Manuscritas

Biblioteca Nacional – **BN**

Seção de Obras Raras

Folheto Ave Libertas (1885)

4. Bibliografia

ALONSO, Ângela. *Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista*. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199.

_____. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. *Abolicionismo de Saias*. Revista Veja Edição Especial Mulher: As herdeiras de uma revolução. Maio de 2010. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/abolicionismo-saias-p-072.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CARVALHO, José Murilo. *Campanha Abolicionista – coletânea de artigos*. Edição Comemorativa do tricentenário de Zumbi dos Palmares. Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

FONSECA, Luis Anselmo. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Ed.fac-similar.Bahia imprensa econômica, 1887. [Ed. Fundaj/Massangana, 1988]

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Trad.: Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

MANIFESTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTRA A ESCRAVIDÃO. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger & filhos, 1880. In SENADO FEDERAL.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONTENEGRO. Antonio Torres. *Reinventando a Liberdade - A abolição da escravatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Atual Editora, 1989 – (História em Documentos).

Para uma história do negro no Brasil. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf

PATROCÍNIO, José. *Manifesto da Confederação Abolicionista*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883. In SENADO FEDERAL.

SALES, Maria Letícia Xavier. *O Clube do Cupim e a memória pernambucana*. *Revista do Arquivo Público*, Recife, v. 40, n. 43, p. 101-115, out. 1990.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires . *O papel das sociedades abolicionistas na transição do trabalho escravo para o trabalho livre na Bahia (1868-1878)*. In: *IV Congresso Internacional de História*, 2009.

SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 1999.

Recebido em julho de 2014
Aprovado em setembro de 2014